

Saúde pública, o destaque na passagem dos 25 anos da Pasta

DIA
NACIONAL
DA
SAÚDE

No último dia 25 de julho, o Ministério da Saúde completou o jubileu de prata de sua criação e o atual Ministro, Almeida Machado, está no cargo desde a posse do atual governo (anteriormente o Ministério em 20 anos de existência tivera exatamente 22 ministros, o que dá a média de menos de um ministro por ano). Na atual gestão a saúde pública assumiu o lugar de destaque que lhe era devido entre as prioridades nas ações de governo e definiu-se uma série de problemas que se arrastavam desde os tempos do Império.



Na realidade, a preocupação com a saúde pública no Brasil não é tão recente assim. Sua primeira etapa remonta a 1808, quando foi criado o cargo de Provedor-Mor da Saúde da Corte e do Estado do Brasil — antecessor do atual Serviço de Saúde dos Portos — com delegados estaduais conhecidos como guardas-mores de saúde. A grande preocupação na época era evitar as doenças pestilenciais e, por isso, a ênfase era dada aos portos através do uso de quarentenas e lazaretos, bem como a fiscalização ao exercício da medicina e da farmácia.

Até 1850 as atividades de saúde pública estavam limitadas à delegação das atribuições sanitárias às Juntas Municipais, controle de navios e saúde nos portos e vacinação contra a varíola. Em 1902, inicia-se uma nova era, quando a Saúde Pública Federal foi entregue a Oswaldo Cruz, que inaugura uma nova fase para a higiene no Brasil, enquanto em São Paulo surgiram os trabalhos desenvolvidos pela equipe integrada, entre outros, por Vital Brasil e Emílio Ribas.

Oswaldo Cruz incorporou uma série de inovações na administração sanitária, como a descentralização de atividades executivas, organização do Instituto Soroterápico Federal (atual Manuinhos) para a produção de produtos profiláticos e diversas outras medidas. Depois dele, somente em 1920, com Carlos Chagas, verifica-se novo alento na evolução sanitária brasileira com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, mas ainda vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Internos, como vinha acontecendo desde 1897, com todos os assuntos de saúde, que somente em 1930 foram transferidos para o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública.

ERRADICAÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS: NOVOS PLANOS

Em 1940, a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância do DSNP foi transformada em Departamento Nacional da Criança, criando-se uma certa rivalidade entre os dois Departamentos, com diversas consequências negativas para o setor. A partir da criação do Ministério da Saúde, em 25 de julho de 1953, começou a se definir uma política sob a denominação de Código Nacional de Saúde e na qual estavam incluídos os pontos fundamentais da Política Sanitária do País, representando de fato a primeira tentativa de se organizar um Sistema Nacional de Saúde. Entretanto, somente na Constituição

Federal de 1967 e através de sua Emenda nº 1 se tratou com detalhes da área da saúde pública, pois, nas demais Constituições, as referências eram bastante sucintas, quando não inexistentes, como a de 1824, que apenas se referia à saúde dos cidadãos em um de seus artigos e a de 1891, que sequer mencionava o problema. As Constituições seguintes (1934, 37 e 46) são também bastante breves ao tratar do assunto, embora a de 34 contenha referências em diversos trechos e traga a definição de competência da União, dos Estados e dos Municípios nas atividades de saúde.

Já a Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional nº 1 de 1969 especificaram toda a competência da União para legislar e atuar diretamente no campo da saúde pública, passando a integrar assim a legislação básica sobre a qual se fundamentam as atividades do setor atribuídas ao Governo Federal: Lei nº 6.229/75, que instituiu o Sistema Nacional de Saúde; Código Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto nº 49.974-A/67 nos casos não conflitantes com a legislação posterior; Decreto-Lei 200/67 e outras leis ordinárias e normas complementares, além dos programas aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Social e da Constituição de 67.

Durante os 20 anos anteriores à atual gestão, o Ministério da Saúde sofreu de problemas crônicos como a descontinuidade administrativa, falta de verbas e demais consequências desses dois fatores, a ponto de passar a ser conhecido mais como "ministério da doença", conforme consta no balanço que fez das atividades de sua pasta durante as comemorações do Dia Mundial da Saúde, este ano, quando ressaltou que todo esforço será pouco tendo em vista a enorme tarefa a ser cumprida no campo da saúde pública em nosso país.

Nessa ocasião, o Ministro salientou o trabalho dos grandes sanitários brasileiros, a começar por Adolfo Lutz, pionheiro nas pesquisas sobre lepra, verminoses e moluscos e que, juntamente com Emílio Ribas, Oscar Moreira e outros sanitários brasileiros tentou inutilmente convencer as pessoas de que a melhor arma contra a epidemia de febre amarela que se alastrava no País era o combate ao mosquito transmissor, chegando, inclusive, a se deixar contaminar para provar sua tese. Registraram também os dois primeiros casos de uma nova malária hoje denominada Doença de Lutz, além de contribuir para o desenvolvimento da medicina tropical e para o estudo da malária, leishmaniose, esquistossomose e anciolostomose.

Oswaldo Cruz foi o responsável pela erradicação da febre amarela no Rio de Janeiro, apesar da violenta oposição que encontrou à sua campanha de combate ao mosquito transmissor. Em sua homenagem, comemora-se no dia do seu nascimento, 5 de agosto, o Dia Nacional da Saúde. Juntamente com Lutz e Oswaldo Cruz foram lembrados Vital Brasil e Carlos Chagas, o primeiro descobridor do soro antiofídico e, o segundo, do "trypanosoma cruzi", agente causador da Doença de Chagas, bem como dos seus meios de transmissão, sintomas e tratamento preventivo. Finalmente, ainda entre os grandes sanitários figura Manoel Augusto Pirajá, que descobriu e identificou o "sistosoma mansoni", responsável pela esquistossomose.

As dificuldades encontradas para mudar a imagem negativa e a estrutura obsoleta, aliadas a um orçamento irrisório para as necessidades do setor, não foram pequenas e, ainda este ano, embora a situação geral quanto aos

dois primeiros aspectos tenha sido superada e o Ministério desfrute de ótimo conceito pela sua atuação, além de contar com uma estrutura moderna e capaz de atender às exigências atuais, o orçamento continua insuficiente, sendo mesmo uma das menores rubricas no Orçamento da União (cerca de três por cento este ano — Cr\$ 5,5 bilhões) — quando segundo o cálculo de analistas, seriam necessários pelo menos dez por cento para possibilitar o controle e a erradicação de algumas endemias como a doença de chagas, esquistossomose, malária e outras, dentro de um prazo de dez anos.

FALTA DE VERBAS, AINDA O MAIOR OBSTÁCULO

Ainda assim, foi possível desenvolver diversos programas de grande alcance como o de erradicação e controle da esquistossomose, programa nacional de hanseníase, tuberculose, proteção materno-infantil, construção da rede de laboratórios hemoterapêuticos, anteriorização das ações e serviços de saúde, além de uma série de outros que, se não atingiram completamente o seu objetivo, fixaram as diretrizes e apontaram soluções para os problemas existentes, demonstrando também a necessidade de uma dotação maior no Orçamento da União para cumprir as metas propostas.

Detalhe especial deve ser dado também à reforma administrativa realizada a partir do ano passado, que dotou o Ministério de uma estrutura condizente com suas necessidades, tornando-o apto a desempenhar suas funções de coordenação da Política Nacional de Saúde e, executar as atividades e medidas de interesse coletivo relativos à saúde do homem brasileiro mediante a definição de suas competências.

Dentro dessa área, foram iniciados alguns dos principais programas da atual administração, como o de Vigilância Sanitária de Medicamentos, drogas, sancantes, cosméticos e correlatos, a criação da carreira de sanitário e respectivo quadro, Programa de Vigilância Epidemiológica com imunização obrigatória dos menores de um ano de idade e os progressos obtidos no combate às doenças transmissíveis através de um amplo trabalho que envolve desde a melhoria das condições de vida através da educação sanitária e do programa de ações básicas de saúde, vacinação dos casos em que ela era possível, e campanhas de saúde pública.

Finalmente, mas não menos importante, o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — PRONAN — que, tendo como órgão executor o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — Inan, vem aos poucos modificando sensivelmente o padrão nutricional dos brasileiros, especialmente aqueles localizados nas regiões de baixa renda, através de uma política de apoio e incentivo não-paternalista que ao mesmo tempo em que supre as necessidades básicas da alimentação e nutrição da população, contribui para elevar o nível de renda e, consequentemente, o de vida, alcançando-a um novo degrau de estratificação socioeconómica.

Se alguém falar o nosso nome perto de você, não se assuste: ele é esquisito mesmo.

Nas comemorações dos 25 anos do Ministério da Saúde, Geisel e Almeida Machado com patrulheiros

Aqualar. Aqui começa a saúde da sua família.

O primeiro e mais importante alimento de sua família é água pura. Aqualar é a água cristalina que brota no chão dos sítios e corre entre pedras gelatinosas. Esta é a água que Aqualar traz de volta. Porque Aqualar tem três filtragens sucessivas: pré-filtro de celulose branca, carvão ativado e filtro final. Assim que você abre a torneira, recebe água sem nenhuma impureza, sem nenhum gosto ou cheiro estranho, nem mesmo o gosto do cloro. E com uma vazão de torneira comum.

Com essa água, os alimentos ganham sabor, o chá e o cafézinho melhoram, os cubos de gelo se tornam limpidos. A saúde da sua família está mais garantida. Instale em sua casa uma fonte de pureza. Aqualar, o filtro mais vendido nos Estados Unidos, também fabricado no Brasil.

AQUALAR

AMF
Cuno

Você encontra o Filtro Aqualar à venda nestas lojas:
Marcovan
Copacabana
Av. Copacabana, 914 - Fone: 255-0928
Centro
Rua São José, 78/80 - Fone: 252-3009
Tijuca
Rua Conde Bonifácio, 571 - Fone: 238-4022
Sanitária Fluminense
Niterói
Av. Washington Luiz, 79 - Fone: 719-0770
Kaeme Azulejos
Rua Siqueira Campos, 143 - Fone: 256-5191
J. Costa Brito
Rua Gal. Caldwell, 203 - Fone: 252-0615
Papa Ferrageli
Belo Horizonte
Av. Luiz S. Manuel, 20 -
Fones: 286-3894 e 266-2184.
SANIMAC - Sanitários e Materiais de Construção Ltda.
Rua Frei Caneca, 29
Fones: 232-5080 e 232-4190



É esquisito mas não morde: nosso nome é Hoechst.

Hoechst do Brasil Química e Farmacêutica S.A.

Quem pode falar o nosso nome perto de você é um médico, um arquiteto, um veterinário, um agricultor, um costureiro famoso, um engenheiro, um motorista, um pintor, um gráfico, um funcionário público: enfim, pessoas que você encontra todos os dias, em todo o Brasil, e que usam nossos produtos em suas atividades.

A Hoechst trabalha em vários setores diferentes, procurando facilitar a vida desses profissionais, e a sua também: ela consegue isso sempre que desenvolve e produz um novo medicamento, ou um novo tecido, ou plástico, ou tinta, ou inseticida, ou um produto para conservar alimentos.

E também quando acelera o seu programa de pesquisas em todas as áreas: a Hoechst acha que muita coisa ainda está por ser descoberta.

É nisso que se resume o nosso trabalho: procurar novos caminhos para ajudar o homem a viver melhor.

Agora você pode ficar mais tranquilo e sair por aí, assustando os outros: é só dizer que você conhece a Hoechst.

Hoechst do Brasil
Química e Farmacêutica S.A.
Caixa Postal 7333
01000 São Paulo - SP

Hoechst